



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Rossoni, Luciano; Guarido Filho, Edson Ronaldo; Maganhoto Coraiola, Diego
Recomendações metodológicas para a adoção da perspectiva da estruturação nos
estudos organizacionais

Organizações & Sociedade, vol. 20, núm. 66, julio-septiembre, 2013, pp. 523-542

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638338009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ADOÇÃO DA PERSPECTIVA DA ESTRUTURAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Luciano Rossoni*

Edson Ronaldo Guarido Filho**

Diego Maganhoto Coraiola***

Resumo

O presente ensaio teórico discute o emprego da teoria da estruturação de Giddens em estudos na área de organizações. Sob esse foco, trata das implicações metodológicas que podem tornar mais coerentes as pesquisas baseadas nas premissas e hipóteses da teoria da estruturação nos Estudos Organizacionais. Quatro pressupostos foram inicialmente tratados: a realidade social como construção intersubjetiva, o princípio da dualidade da estrutura, a dupla hermenêutica na pesquisa social e o posicionamento estrutural como elemento relevante na análise da agência. Depois, foram apresentadas recomendações metodológicas tomando como ponto de apoio três aspectos fundamentais: a definição do nível de análise, o estabelecimento da janela temporal e o delineamento de procedimentos metodológicos, considerando dois níveis interdependentes do processo de investigação. O primeiro nível considera a elucidação hermenêutica de significados e de formas de consciência prática, enquanto o segundo trata da definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais. Tomados conjuntamente, são traçadas considerações finais em favor de projetos de pesquisa de longo prazo à luz do estruturacionismo giddensiano.

Palavras-chave: Teoria da estruturação. Estudos organizacionais. Metodologia. Epistemologia. Pesquisa em organizações.

Abstract

This paper discusses the use of Giddens' structuration theory in the field of organization studies. Under this approach, we discuss some methodological implications that can improve coherence to the research based on the premises and hypothesis of structuration theory in the field. Four assumptions were initially treated: social reality as an intersubjective product, the principle of duality of structure, the double hermeneutic in social research and the structural positioning as a relevant issue for researching agency. Moreover, methodological recommendations were presented

**Doutor em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (Ibepes)

E-mail: lrossoni@gmail.com

***Doutor em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (Ibepes)

E-mail: edson.guarido@gmail.org.br

****Doutorando em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (Ibepes) e Editor da Revista Eletrônica de Ciência da Administração

E-mail: dcoraiola@gmail.com

bearing on three fundamental aspects: the definition of level of analysis, the choice of the temporal range and the design of methodological procedures, considering two interdependent levels of the research process. The first level considers the hermeneutic elucidation of meanings and forms of practical consciousness, while the second deals with the constraints of agency and the temporal-spatial context. Taken together, we conclude in favor of long-term research projects, when based on Giddens' structuration theory.

Keywords: Structuration theory. Organization studies. Methodology. Epistemology. Organizational research.

Introdução

A pesquisa social em organizações, por muito tempo, foi conduzida diante de referências ontológicas e epistemológicas delineadas sobre posições antagônicas em que objetividade-subjetividade e determinismo-voluntarismo eram vistos como pressupostos não conciliáveis na condução da investigação social. Esses pressupostos tomam por base diferentes modos de explicação social, admitindo, por um lado, uma concepção de realidade, e por outro, uma imagem de ser humano na tentativa de compreender o fenômeno da ação e o problema da ordem (ALEXANDER, 1984). Tratam de maneiras de relacionar agência humana e estrutura social (ARCHER, 1982). Contudo, conforme argumentaremos, visões dicotômicas inibem o diálogo e a reflexão sobre diferentes perspectivas, pois se referem a escolhas que, em certo sentido, delimitam a forma de ver e de avaliar os fenômenos sociais. Por consequência, esses vieses implicam preferências metodológicas que, por sua vez, condicionam o potencial da explicação da realidade social.

O problema maior para a explicação sociológica que se origina a partir dessa situação não se refere exclusivamente ao posicionamento epistemológico adotado pelo pesquisador, ainda que a proposta giddensiana tenha sérias implicações filosóficas pouco resolvidas (BRYANT, 1992), mas direciona-se principalmente para o conjunto de pressuposições *a priori* mantidas pelo pesquisador com relação à dinâmica dos fenômenos sociais. Quando se considera, por exemplo, o quadro teórico/metodológico fornecido pelo marxismo ou pelo funcionalismo – com as respectivas epistemes que os fundamentam –, qualquer estudo que pretenda adotar alguma dessas duas óticas terá, como princípio explicativo, que as estruturas possuem a primazia em relação às ações. Por outro lado, para o conjunto de abordagens que tende a ser agrupado sob a denominação de individualismo metodológico, como o interacionismo simbólico e a etnometodologia, o privilégio tende a ser atribuído à dimensão da ação e à capacidade dos sujeitos sociais em transformar criativamente a lógica de funcionamento das sociedades (GIDDENS, 1989, 2003; 1998).

Em que pese a centralidade dessa discussão para as Ciências Sociais, os últimos anos têm sido palco para o desenvolvimento de uma série de propostas de ruptura e reformulação desses dualismos (BOURDIEU; WACQUANT, 2002; EMIRBAYER, 1997; FUCHS, 2000; GIDDENS, 1989, 2003), com reverberação também nos Estudos Organizacionais (BARLEY; TOLBERT, 1997; REED, 1997). Nessa área, a ampliação dos debates em torno dessas questões e as investidas em busca de possibilidades alternativas têm orientado a emergência de perspectivas de ordem multi e transparadigmática¹ que buscam conciliar agência e estrutura sob uma ótica intersubjetiva (CRUBELLATE, 2007) e a romper, dessa maneira, com as lógicas dualistas implícitas nas noções de objetividade-subjetividade e determinismo-voluntarismo.

Dentre as alternativas mais profícuas apontadas para a análise social, resplan-dece o conjunto de abordagens classificadas como estruturacionistas (SIL, 2000). As propostas classificadas sob essa denominação se destacam das abordagens mais tradicionais em ciência social em função de implícita ou explicitamente buscarem conciliar posições antagônicas ou dualistas em abordagem global e completa do fenômeno social. Dentre as abordagens classificadas nessa corrente, se destaca a teoria da estruturação giddensiana, aquela que mais diretamente se propõe como meta e se dedica a elaborar alternativa teórica capaz de superar as divisas ou os dualismos impregnados nas teorias sociais.

O enfoque do estruturacionismo de Giddens (1978, 1989, 2003) tem crescido em número de adeptos em diversas áreas das Ciências Sociais e também na área de Estudos Organizacionais. Apesar disso, são recorrentes as críticas quanto às dificuldades em se empregar a teoria do autor em função das parcas e abstratas diretrizes

1 Devemos ao Professor Fábio Vizeu a importância de se destacar a diferença entre perspectivas multi e transparadigmáticas, em que a perspectiva estruturacionista nitidamente é um caso especial da segunda.

e recomendações apresentadas para a realização de pesquisas empíricas, principalmente no que concerne à definição de estratégia metodológica adequada, sequência de etapas da pesquisa e instrumentos de coleta e análise de dados adequados. Em razão dessas dificuldades, o presente trabalho se propõe a realizar debate acerca do emprego da teoria da estruturação para a realização de estudos na área de organizações e, a partir dessa discussão inicial, indicar algumas recomendações metodológicas com vistas a incentivar a utilização da abordagem nos estudos organizacionais e tornar mais coerentes e sistemáticas as pesquisas acerca das premissas e hipóteses da teoria da estruturação.

Antes desse debate, pontuamos alguns aspectos sobre a condução da pesquisa social. Primeiramente, admitimos que métodos não significam receituários cuja estrutura não pode prevalecer sobre a relevância e validade das proposições teóricas. Em segundo lugar, acreditamos que a aceitação do método como cientificamente válido está relacionada mais com aspectos ontológicos e epistemológicos do que com o atendimento à rigidez de protocolos metodológicos. Por fim, entendemos a pesquisa como uma atividade social e, como tal, as concepções de natureza ontológica, epistemológica e metodológica dos pesquisadores são condicionadas por sua imersão social, especialmente no campo científico.

Estruturamos o artigo em quatro partes. Iniciamos com a apresentação de pressupostos ontológicos e epistemológicos que permeiam a perspectiva estruturacionista: a realidade social como construção intersubjetiva, o princípio da dualidade da estrutura, a dupla hermenêutica na pesquisa social e o posicionamento estrutural como elemento relevante na análise da agência. Na sequência, discutimos as implicações metodológicas da lógica estruturacionista dando destaque para a definição do nível de análise, o estabelecimento da janela temporal e o delineamento de procedimentos metodológicos, considerando dois níveis interdependentes do processo de investigação: a análise da conduta estratégica e a análise institucional. Finalizamos o artigo apontando observações adicionais para a pesquisa na área dos Estudos Organizacionais e defendendo o delineamento de projetos de pesquisa de longo prazo como alternativa condizente com as premissas e hipóteses da teoria da estruturação.

Pressupostos Básicos da Teoria da Estruturação

A orientação de pesquisadores sociais diante de seu objeto de investigação é formada por sua posição ontológica e epistemológica, mesmo que ela não esteja colocada de forma explícita (MARSH; FURLONG, 2002). Ainda que existentes somente implicitamente, esses pressupostos guiam a interpretação da investigação perante um *corpus* teórico empregado, sendo fundamentais para a construção do argumento do pesquisador. Nesse sentido, para a condução da pesquisa sob uma perspectiva estruturacionista, faz-se necessário realçar alguns pontos sobre a natureza da realidade social e de como ela é acessada pelo cientista social.

O **primeiro** e mais fundamental pressuposto que embasa a proposta estruturacionista é a aceitação incondicional da realidade como construção **intersubjetiva** dos atores. No contexto deste trabalho, o conceito compreenderá três acepções distintas, mas estreitamente relacionadas: 1) será tratado tanto como definição ontológica da natureza da realidade, ou seja, aquilo que existe como realidade somente existe na medida em que é reconhecido intersubjetivamente como tal pelos indivíduos; quanto como 2) o fundamento do “conhecimento mútuo” reflexivamente empregado por membros da sociedade para a manutenção de encontros e desenvolvimento da conduta social; e ainda como 3) critério de verdade dos conhecimentos gerados por meio da pesquisa científica², ou seja, o atestado final de os resultados da pesquisa constituírem conhecimento verdadeiro remanesce, em última instância, dependente da aprovação intersubjetiva desses conhecimentos por determinada comunidade de participantes.

2 *Agradecemos ao Prof. Sandro A. Gonçalves a indicação dessa terceira acepção.*

Para além de quaisquer considerações epistemológicas acerca das possibilidades do conhecimento científico verdadeiro, é legítimo que aquilo que se concebe por realidade, e mais especificamente a noção de realidade social, assim como o conjunto de fenômenos que se destaca por ser de interesse dos pesquisadores desse ramo das ciências, compreende construção coletiva intersubjetiva dos atores em determinado contexto; construção a partir da qual os atores compreendem, participam e tornam significativa sua existência no mundo (AUSTIN, 1993; BERGER; LUCKMANN, 1994). Esse entendimento traz algumas implicações importantes para a adoção da abordagem estruturacionista, dentre as quais a mais importante se reflete na definição dos aspectos epistemológicos da pesquisa.

Dentre as mais diversas críticas apresentadas à abordagem giddensiana, uma das mais pujantes parece provir do trabalho de Bryant (1992), que discute o fato de Giddens evitar a exploração de questões epistemológicas em seus trabalhos, assim como de apresentar a articulação e as justificações necessárias para uma teoria normativa. Com relação à primeira omissão, e aquela que nos interessa neste contexto, considera-se a lacuna como opção consciente, fruto de definição operativa baseada em lógica de divisão do trabalho entre a Filosofia e a Sociologia. De acordo com a perspectiva giddensiana, não seria frutífero esperar as conclusões filosóficas acerca dos problemas epistemológicos para que se pudesse progredir nas questões da teoria social. Ao invés disso, mais adequado seria estabelecer certo consenso em relação a uma ontologia da vida social (GIDDENS, 1989, 2003).

A relevância dessa omissão para o desenvolvimento de trabalhos articulados com base na abordagem estruturacionista seria dependente, portanto, "[...] on whether philosophers, or other social scientists, happen to have done the complementary epistemological work that Giddens's ontology requires".³ (BRYANT, 1992, p. 139) Essa ausência de abordagem alicerçada a epistemologia própria proporciona, como alguns autores apontam (GREGSON, 1989; POZZEBON; PINSONNEAULT, 2005), dificuldades para a justificação da adoção da perspectiva e para os conhecimentos gerados a partir de seu quadro teórico. No entanto, por outro lado, oferece aos pesquisadores abertura e flexibilidade na escolha dos parâmetros que lhes fornecem suporte para a busca do conhecimento verdadeiro.

Em termos de orientação geral para o desenvolvimento de pesquisas baseadas na teoria da estruturação, essa primeira premissa atesta que é incoerente aceitar alguma forma objetivada de visualização da realidade social, visto que a estrutura é virtual e (re)constituída pelos atores em momentos de interação. Assim, qualquer forma de totalidade social é sempre uma interpretação, o que impossibilita a aceitação de visão objetivista da realidade. Todavia, a posição extremista contrária, a qual qualquer fenômeno social é puramente subjetivo, também é incoerente com os pressupostos da teoria da estruturação, pois os indivíduos, em momentos de interação, reproduzem as práticas com base em referenciais estruturais compartilhados coletivamente em contextos spatiotemporalmente delimitados, o que aufere certo grau de homogeneidade e regularidade à ação humana.

No que se refere a questões mais específicas de escolha epistemológica, ainda que alguns autores tenham enfatizado a proximidade entre os pressupostos estruturacionistas e a proposta do realismo crítico de Bhaskar (1978), em momento algum esse alinhamento foi endossado por Giddens (BRYANT, 1992). Disso decorre que, por um lado, a abordagem estruturacionista possui aderência ao emprego de diferentes epistemologias, desde que essas posições epistemológicas mantenham os pressupostos de realidade que embasam a perspectiva, dentre os quais a noção de intersubjetividade é um dos mais fundamentais. Por outro lado, e para além da manutenção do paradigma da incomensurabilidade (KUHN, 2003), existe também a possibilidade de se utilizar a teoria da estruturação como metateoria, associada ao emprego de perspectiva multi ou transparadigmática e à ideia de pluralismo teórico, conforme enfatizado por Weaver e Gioia (1994).

3 Tradução nossa: "[...] da possibilidade de filósofos, ou outros cientistas sociais, terem realizado o trabalho epistemológico complementar que a ontologia de Giddens exige".

O **segundo** pressuposto trata da **dualidade da estrutura**. Giddens (1989, p. 20) explica que o teorema da dualidade da estrutura considera que “propriedades estruturais de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam”. Desta forma, estruturas são consideradas simultaneamente limitadoras e habilitadores da ação (GIDDENS, 1978, 1989, 2003; MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Sob essa ótica, a estrutura social é virtual, constituída por traços de memória ou estoques de conhecimento mútuo, os quais os atores sociais utilizam na constituição da interação, reproduzindo essa estrutura (GIDDENS, 1989, 2003; MACHADO-DASILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

Vale destacar que a definição da dualidade apresentada por Giddens (1989, 2003) destaca três momentos diferentes da relação da estrutura com as práticas: 1) estruturas como o meio; 2) e fim; 3) das práticas que elas recursivamente organizam. Nesse sentido, as estruturas (1- regras e recursos) fornecem os elementos que possibilitam a realização das práticas sociais, que também são organizadas recursivamente por elas (3- enquanto práticas institucionalizadas) e redundam na própria manutenção transformativa dessas estruturas (2- que são reproduzidas por meio das ações dos atores sociais). Nesse sentido, as estruturas podem ser consideradas tanto como modelo de prática, quanto o próprio instrumento de realização da prática e o produto resultante enquanto ‘materialização’ estrutural.

No entanto, toda a dinâmica deste processo está calcada no reconhecimento da agência como elemento fundamental do processo de construção social. Ainda que a estrutura seja condutora das formas de interação e disponibilize cognitivamente os mecanismos de reprodução social, ela só existe, e somente pode existir, na medida em que ela é “agenciada” pelos atores que reproduzem aquelas condições – nesse contexto a noção de *enacted* cunhada por Weick (1988) pode ter certa utilidade. Como as estruturas são virtuais, elas se projetam somente nos momentos de interação, o que dá espaço tanto para a transformação, quanto para a construção de novos elementos institucionais.

Se por um lado se destaca a influência generalizada da estrutura social sobre a ação, o que privilegia certas abordagens mais deterministas, por outro considera-se que os agentes refletem sobre a realidade como agentes cômicos, postura que se aproxima de noção mais voluntarista da ação. Mediando entre estas duas posições, a ideia de dualidade considera a estrutura a partir de lógica recursiva, compreendendo sua participação como limitadora e facilitadora da ação. Embora o espaço para a ação seja limitado pelas propriedades estruturais disponíveis no momento da interação, isso não configura determinismo, posto que a estrutura social tanto habilita, quanto constrange as ações dos agentes naquele contexto.

Vale lembrar que, enquanto potencial ontológico pressuposto (COHEN, 1999), a configuração do processo de estruturação da ação constitui sempre elemento a ser definido e analisado a partir da própria investigação empírica. Ainda que estrutura e agência sejam elementos sempre partícipes na realização de qualquer prática social, isso não significa que a investigação deva ser direcionada para se identificar o nível de contribuição de cada elemento ou que seja pressuposto esse nível como proporcionalmente o mesmo e que não existam mudanças de acordo com o contexto material, social e histórico no qual essas práticas são desenvolvidas. Há que se estudar as práticas e identificar a partir das próprias situações da análise empírica os relacionamentos e níveis de voluntarismo ou determinação da ação humana em cada situação social concreta.

Ainda que o elemento fundamental do conceito de estruturação seja encontrado na ideia de simultaneidade, para fins da sistematização da pesquisa empírica recomenda-se o emprego de recorte analítico. Giddens (1989, 2003) considera a existência de dois possíveis enquadramentos metodológicos para a pesquisa sociológica: a análise da conduta estratégica e a análise institucional. A diferença entre elas reside no foco de estudo ou ênfase do pesquisador em uma das duas dimensões da dualidade da estrutura. A vantagem dessa aproximação em relação a outras abordagens consiste no fato de, apesar de se atribuir primazia a uma ou outra dimensão para fins de operacionalização da pesquisa, em momento algum se poderia deixar de

pressupor a existência da outra dimensão ou desconsiderar sua influência e relação dual constitutiva.

Seja qual for a dimensão escolhida pelo pesquisador, ele não se poderá furtar de analisar as implicações a partir da lógica da dualidade da estrutura. Em qualquer dos casos, a operação de pesquisa envolve movimento de aproximação ou distanciamento do foco analítico em relação à dimensão spatiotemporal dos fenômenos analisados. Se principiar com as considerações sobre a conduta estratégica dos atores, há de referir-se às conexões dessas práticas contextualmente situadas que estão relacionadas a outras práticas recursiva e rotineiramente preservadas em esferas spatiotemporalmente mais amplas. Por outro lado, se a preocupação estiver voltada à análise institucional, faz-se necessário primeiro analisar as propriedades estruturais de sistemas sociais e os mecanismos de (re)produção social, para posteriormente conectar essas práticas institucionalizadas às atividades realizadas por determinados atores estrategicamente posicionados.

O **terceiro** pressuposto se refere à natureza da pesquisa social, admitindo-se que ela sempre é uma construção humana. Sendo o objeto da ciência social algo que já está constituído dentro dos esquemas de significação dos atores sociais, parte da responsabilidade do pesquisador compreende a necessidade de reinterpretar tais esquemas a partir de seu próprio quadro teórico. No entanto, as explicações científicas e os esquemas teóricos produzidos por estes pesquisadores não ficam restritos às fronteiras da academia, mas são apropriados e empregados recursivamente pelos atores sociais como forma de tornar significativa sua experiência no mundo. A esse processo Giddens (1978) atribui o nome de **dupla hermenêutica**.

A essência do conceito consiste em reconhecer que, por um lado, a teorização é sempre uma interpretação de segunda ordem, por outro, que a orientação da ação individual, e, portanto, a possibilidade de explicação causal da ação (WEBER, 1999), é também produto da teorização científica. Em síntese, que a construção do mundo social e a explicação da realidade, que dessa construção emerge, existem enquanto processo de constituição dual: assim como a base da explicação social precisa estar assentada nas cosmologias empregadas pelos atores na definição de motivos para a realização de suas ações, em especial nas sociedades modernas arrimadas em modelo científico de racionalidade, as explicações oferecidas pela ciência precisam ser consideradas em seu potencial transformativo e constitutivo daquela própria realidade, compreendendo-se os efeitos produzidos sobre a ação humana.

Essa questão pode ser compreendida como o elemento que separa e diferencia as ciências sociais das ciências da natureza: o fato de o objeto estudado alterar-se por obra do pesquisador que o estuda (GIDDENS, 1989, 2003). Ainda que por certo tempo se tenha acreditado que essa separação fosse devida ao caráter compreensivo da pesquisa social, demonstrou-se que as articulações de significado produzidas pelas ciências naturais são similares àquelas das ciências sociais. A diferença entre as duas residiria, portanto, no fato de o objeto da segunda corresponder a um mundo pré-interpretado, o que torna necessário articular as teorias sociais ao conhecimento mútuo da vida social. O resultado disso é que "as teorias produzidas nas ciências sociais não são apenas 'quadros significativos' em si mesmos, mas constituem também intervenções morais na vida social cujas condições da existência procuram esclarecer" (GIDDENS, 1978, p. 8).

Essas considerações apontam para o fato de o conceito de dupla hermenêutica estar diretamente relacionado às considerações giddensianas sobre o caráter crítico imanente à teoria social. De acordo com o autor, toda teorização sobre a sociedade é, de certo modo, uma crítica. Nesse sentido, a capacidade de realizar a crítica social não fica restrita às abordagens que como tal se denominam, mas é própria da reflexão teórica acerca da natureza e dos aspectos da realidade social. Na medida em que o próprio pensar sobre o mundo é um fenômeno político capaz de promover intervenção prática na sociedade, disso deriva a força crítica e o poder transformador de qualquer teoria acerca da realidade social (veja-se a discussão de algumas situações em que isso pode ser diferente em Giddens (2003, p. 402-404)).

Essa talvez seja uma das dimensões mais controversas da obra do autor, embora tenha atraído menos atenção do que a discussão acerca da tentativa de superar os dualismos nas Ciências Sociais. A literatura aponta a ausência de antropologia filosófica, ou de filosofia política, que embase o delineamento de conjunto de fatores éticos e políticos que devem permear a análise social. Considera-se que apesar da proposta giddensiana apresentar elementos político-morais que podem servir para o desenvolvimento de crítica social da modernidade, baseada, por exemplo, em suas considerações sobre agência, reflexividade e dualidade do controle, a ausência de fundamentação dos posicionamentos apresentados impede que deles sejam derivadas recomendações prescritivas de mudança (BRYANT, 1992).

Decorrem das observações precedentes duas implicações metodológicas imediatas: a primeira é que “toda pesquisa social pressupõe um momento hermenêutico” (GIDDENS, 2003, p. 386) e a segunda é que qualquer teoria social é também uma forma de crítica social. A primeira implicação consiste em reconhecer que a investigação social demanda sempre alinhamento prévio do arranjo de significados do pesquisador em relação às interpretações mantidas pelos membros de determinada comunidade cultural de interesse. Nos casos em que o pesquisador e sua audiência partilham desse mesmo *milieu* cultural, ou em situações nas quais eles possam ser tomados como “dados” que se apresentem indubitáveis naquele contexto, essa preocupação pode ficar latente, pois supõe-se que não seja necessário especificar em detalhes aqueles aspectos como fundamentos do conhecimento produzido.

O segundo conjunto de implicações metodológicas está assentado na capacidade reflexiva do pesquisador com relação à sua posição no mundo e visão da realidade. Conforme pondera Giddens (2003, p. 416), “promover o caráter crítico da ciência social significa favorecer uma percepção conceptual desenvolvida das conotações práticas de seu próprio discurso”. Compreender a dimensão crítica de toda teoria social demanda esforço no sentido de reconhecer o contexto, os pressupostos e interesses, ou preconceitos (GADAMER, 2005), que fundamentam e dirigem a pesquisa social. De certo modo, implica em abandonar a visão ingênua que apresenta a pesquisa científica como atividade desinteressada, desvinculada das questões práticas e morais da realidade social em razão do reconhecimento da natureza transformadora da atividade científica. Nesse sentido, demanda que o pesquisador reconheça, para si e para sua audiência, a posição a partir da qual emite suas proposições, posto que a partir delas ele atua como agente transformador da realidade.

Por fim, definimos como o **quarto** pressuposto a aceitação da noção de posição social definida a partir da prática social, configurando-se em **posicionamento** estrutural. Como afirma Giddens (1989, p. 66), “os sistemas sociais estão organizados como práticas sociais regularizadas, mantidas em encontros que se dispersam no tempo-espço. Entretanto os atores cuja conduta constitui essas práticas estão ‘posicionados’”. Mesmo os sistemas sociais existindo somente na continuidade das práticas sociais, suas propriedades estruturais são mais bem caracterizadas como relações posições-prática (GIDDENS, 1989, 2003), abrindo espaço para a avaliação dos padrões de relações a partir da conjunção entre avaliação de posições e papéis com a abordagem relacional. De acordo com Giddens (1989, p. 67), “uma posição social envolve a especificação de uma ‘identidade’ definida numa rede de relações sociais, sendo essa identidade, porém, uma ‘categoria’ à qual certa gama de sanções normativas é concernente”.

Diante do entendimento de que indivíduos estão sempre posicionados, mas que suas ações os levaram para tal posicionamento, abre-se a possibilidade de utilizar a abordagem estruturalista em conjunção com formas de avaliação ligadas ao individualismo metodológico. Essa possibilidade ocorre diante da aceitação da dualidade entre agência e estrutura, explicitada no segundo pressuposto. Soma-se também a questão da não aceitação da objetividade em ciências sociais, em que se admite a construção social como intersubjetiva. Dessa forma, admite-se a convergência entre métodos originados na sociologia estruturalista e individualismo metodológico, com foco na capacidade de explicação do fenômeno de estruturação social.

Tanto uma abordagem quanto a outra apresentam vantagens e, segundo Giddens (1989, 2003), elas não precisam ser tratadas como abordagens irreconciliáveis. Segundo o mesmo autor, o programa estrutural estabelece critérios de categorização de conjunto de indivíduos em posições sociais. Assim, em um primeiro momento, o estruturalismo trabalhou com papéis e posições de forma mais abstrata, mas, com o surgimento da análise de redes, focou-se nas relações entre posições sociais (EMIR-BAYER; GOODWIN, 1994). Sob essa mesma lógica, Sztompka (1994) afirma que os adeptos do estruturalismo, que tradicionalmente veem a ação humana como super-socializada, em que as características estruturais explicam mais o comportamento do que a análise do indivíduo, estão revendo os seus pressupostos.

Segundo Emirbayer e Goodwin (1994), entre as correntes do estruturalismo encontra-se a vertente estrutural-construcionista (BOURDIEU, 1989), que aceita que a estrutura de relações seja também simbólica, historicamente construída pelos agentes. Dessa forma, além dos aspectos unicamente associados à dimensão de relações materiais, que possui certa proximidade com a noção de recursos alocativos e autoritários definidos por Giddens (1989, 2003), compreende-se as redes de relações como entidades fenomenológicas ou redes de significados (WHITE, 1992), que incorporam o conceito de regras e seus conteúdos normativos e comunicativos, construídas pelos agentes e, ao mesmo tempo, condicionantes de seu comportamento.

Sobre o método: nível, Tempo e Investigação

Segundo Pozzebon (2004), no final da década de 90, acentuou-se o interesse do uso da teoria da estruturação como perspectiva teórica para a análise organizacional. Todavia, apesar dos avanços conceituais de tais estudos, não houve grande desenvolvimento nos procedimentos metodológicos para a avaliação da estruturação como processo. Um dos grandes desafios do uso da teoria da estruturação como arcabouço analítico está em desenvolver metodologias para investigar a recursividade entre ações e instituições (BARLEY; TOLBERT, 1997; POZZEBON, 2004; POZZEBON; PINSONNEAULT, 2005).

Sob esse ponto, Giddens (1989, 2003) alarde que os conceitos da teoria da estruturação devem ser vistos somente como recursos sensibilizadores, sendo úteis para a reflexão dos problemas de pesquisa e interpretação dos resultados, o que nos levou a definir os pressupostos explorados na seção anterior. Mesmo assim Giddens (1989, p. 234) deixa algumas trilhas sobre o tratamento em pesquisa social, definindo dois tipos de enquadramento metodológico para a pesquisa social: (1) Na **análise institucional**, em que as propriedades estruturais são tratadas como características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais; (2) Na **análise da conduta estratégica**, na qual o foco incide sobre a forma como os atores sociais se apoiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais.

Apesar da distinção, trata-se apenas de uma diferença de ênfase entre os enquadramentos, os quais devem ser vistos como complementares no processo de análise institucional. Giddens (1989, 2003) ainda deixa claro que a análise da conduta estratégica dos atores em um dado contexto possibilita identificar a reprodução de práticas em longas datas e, por conseguinte, os modos de distanciamento espaciotemporal que ligam atividades práticas e relações, manifestando as características dos sistemas intersociais. Tal procedimento, em conjunção com a análise institucional, contribui para o entendimento da dualidade da estrutura por possibilitar a identificação de conjuntos estruturais e a conceituação das principais características de uma dada ordem social.

Buscamos enquadrar algumas possibilidades para uma análise recorrente do processo de estruturação a partir dos pressupostos definidos no artigo e mediante os dois tipos de enquadramentos metodológicos definidos por Giddens (1989, 2003). Assim, exploramos a questão do método em três partes que consideramos fundamentais para uma análise estruturacionista das organizações: a definição do nível de

análise, o entendimento da perspectiva temporal e o delineamento dos procedimentos de investigação.

Níveis de análise

Na medida em que o interesse da abordagem estruturacionista se concentra na compreensão das práticas sociais por meio da análise dos relacionamentos entre estrutura e ação, a preocupação fundamental se destaca de uma lógica de níveis mais ou menos amplos em termos hierárquicos para concentrar-se na conexão espaço-temporal de eventos mais circunscritos ou localizados e outros de maior permanência temporal e abrangência espacial. Nesse sentido, rejeita-se a distinção dicotômica entre micro e macro em benefício das noções de integração social e integração de sistema. Por integração social, Giddens (1989, p.115) afirma que “diz respeito à interação em contexto de co-presença”. Já integração de sistema se refere “a reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espaço ampliado, fora de condições de co-presença”.

Diante dessas definições, o trabalho fundamental da análise recai sobre a avaliação da interação social e das disposições dos autores nas relações sociais, aceitando que, enquanto parte de uma estrutura social, estão posicionados transitoriamente. Isso não significa que o afastamento analítico não sirva como elemento de investigação, mas que nessas condições é possível capturar somente processos de integração de sistema em que, em algum momento espaciotemporalmente delimitado, podem ocasionar integração social por meio de processos simultâneos. Assim, ao invés de aceitação de relações entre níveis, o foco recai sobre: (a) a simultaneidade de processos que ocorrem em diferentes sistemas mais ou menos delimitados de atividade social; (b) o grau de afastamento do fenômeno em categorias de análise mais abstratas, com o objetivo de observar processos recorrentes; (c) a avaliação da interdependência dos agentes em contextos de interação; (d) a relação entre “presentes” e “ausentes” espaciotemporalmente; e (e) a participação da integração social e de sistema no processo de institucionalização.

Em razão da preocupação do autor em garantir ampla aplicabilidade dos pressupostos de estruturação, não se dedica a definir parâmetros claros que tornem possível delimitar os sistemas sociais, preocupando-se mais em reconhecer que muitas vezes esses limites não podem ser claramente definidos e que em função de os sistemas poderem ser mais ou menos abrangentes, um sistema pode estar contido ou ser perpassado por vários outros sistemas. Ainda que a preocupação de Giddens (1989, 2003) esteja mais relacionada com a delimitação de sociedades, enquanto sistemas sociais, chama atenção para a existência de fronteiras organizacionais e também para a necessidade de se estudar a dinâmica de movimentos sociais.

A área de organizações, no entanto, possui relativo consenso quanto à consideração das relações sociais estabelecidas entre organizações e sociedade mais ampla a partir de um nível de análise intermediário. Sendo tratado por indústria, setor social ou campo, ele é central para a análise organizacional (DIMAGGIO, 1991), pois tanto admite a possibilidade de se delimitar a atenção a um determinado conjunto de organizações, com base em critérios específicos, como a influência das relações interorganizacionais na estruturação do contexto em que estão inseridas (SCOTT, 1994, 2001). Nesse sentido, muito embora Giddens (1989, 2003) não tenha tratado dos campos em específico, sua abordagem de sistemas é bastante favorável a essa definição, que adquire significado e importância na modernidade e em razão do atual nível de desenvolvimento dos negócios.

O caso em que é mais emblemática a importância desse nível é o da teoria institucional, para a qual o **campo organizacional** se apresenta como nível de maior significância para a explicação teórica (SCOTT, 1994, 2001). De acordo com a abordagem, diferentemente da análise isolada das organizações, a análise de campos possibilita compreender como organizações imersas em um contexto de interação e significação atuam de acordo com parâmetros institucionais mais amplos. Além da perspectiva trabalhada originalmente por DiMaggio e Powell (1983), Machado-da-Silva,

Guarido Filho e Rossoni (2006) identificaram e descreveram diferentes perspectivas teóricas sobre campos em que existem diferenças de ênfases e de formas de análise. Tais perspectivas servem mais como recorte, em que, para uma perspectiva estruturacionista de análise organizacional, consideramos a abordagem defendida pelos autores como a mais coerente. Isso não significa que se descartam as demais, mas que elas podem ser utilizadas como marco metodológico de acordo com o objetivo da investigação.

Perspectiva Temporal

Em primeiro lugar, há consenso que a estruturação deve ser analisada sob uma perspectiva processual (BARLEY; TOLBERT, 1997; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006; POWELL et al., 2005; POZZEBON; PINSONNEAULT, 2005; STABER; SYDOW, 2002; SYDOW; WINDELER, 1998; SYDOW; STABER, 2002; SYDOW, 2004; WHITTINGTON, 1992; WINDELER; SYDOW, 2001). Alguns elementos em relação à avaliação longitudinal e processual foram elucidados por Barley e Tolbert (1997) e por Pozzebon e Pinsonneault (2005), buscando formas de avaliação longitudinal do processo de estruturação. Por exemplo, Pozzebon e Pinsonneault (2005) buscaram em Langley (1999) fundamentos para uma avaliação longitudinal por meio da triangulação de métodos.

Já Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) propuseram a utilização do dualismo analítico como recurso metodológico no tratamento do processo de estruturação. Por meio do dualismo analítico delineado por Archer (1998), mantêm-se a dualidade entre agência e estrutura, abrindo uma janela temporal de análise, o que possibilita a construção de definições operacionais de investigação. Partindo da aceitação de que estruturas preexistentes (ciclos anteriores de estruturação) condicionam a trajetória da reprodução social em momentos de interação, pode-se avaliar como propriedades estruturais são reproduzidas pelos atores. Todavia, a partir da avaliação da produção social, transformações nas práticas sociais podem ocorrer, mas tomando sempre como ponto de partida as propriedades estruturais pré-existentes. Ou seja, estruturas podem ser transformadas, mas sempre dentro de uma trajetória, o que não remete a certo determinismo, mas a condicionamento. Sempre o indivíduo e as organizações têm um ponto de referência que é seu histórico de interações, e a partir desse histórico que se remetem quaisquer transformações. Em consequência, esses mesmos elementos, por sua vez, também são fonte de explicação teórica por parte dos pesquisadores.

Procedimentos de Investigação

Perante as definições de análise institucional e de análise de conduta estratégica, somadas as questões da temporalidade e dos níveis de análise, buscamos delinear alguns procedimentos gerais de investigação coerentes com uma perspectiva estruturacionista. Não serão propostos procedimentos detalhados e específicos, mas um resgate de métodos amplamente usados e suas possibilidades. Assim, no quadro 1 está exposto um enquadramento dos elementos fundamentais da pesquisa sob uma perspectiva estruturacionista. Proposta similar foi elaborada por Phipps (2001), no entanto, esse autor trabalhou a análise estruturacionista em dimensões de análise no campo da Geografia. Como recorte analítico, preferimos definir o processo de investigação em dois níveis que são interdependentes entre si: (a) elucidação hermenêutica de significados e de formas de consciência prática; (b) definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais. Para cada um dos níveis, definimos: (1) o foco prevalecente; (2) os elementos fundamentais; (3) tipo de integração fundamental; (4) questões fundamentais; e (5) métodos comumente empregados.

Quadro 1 – Níveis de Investigação para uma Perspectiva Multiparadigmática.

	Elucidação hermenêutica de significados e de formas de consciência prática	Definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais
Foco prevaiente	Análise da conduta estratégica	Análise da dualidade da estrutura e de ordens institucionais
Elementos Fundamentais	Práticas, Discursos, Consciência	Regras, recursos, posições-prática
Tipo de Integração Fundamental	Integração Social	Integração de Sistema
Questões fundamentais	Como os atores sociais atribuem significado às práticas diárias? Como eles interpretam os relacionamentos?	Como as propriedades estruturais são reproduzidas? Como regras, recursos e posições-práticas estão vinculados ao sistema social?
Métodos Empregados	Análise do Discurso, Estudo de Caso, Etnografia, Etnometodologia, <i>Grounded Theory</i>	<i>Survey</i> , Análise de Redes Sociais, Análise de Correspondência, Pesquisa Histórica

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Giddens (1989, 2003).

Por elucidação hermenêutica de significados e de formas de consciência prática entendemos que seja aquele tipo de investigação em que se busca a compreensão do significado atribuído pelos agentes às práticas e rotinas diárias em contextos de interação espaciotemporalmente delimitados. Assim, busca-se tornar inteligível para os pesquisadores sociais aquilo que é compreendido correntemente pelos agentes em seus contextos. Nesse nível de análise prevalece a análise da conduta estratégica, que busca compreender como as propriedades estruturais (regras e recursos estabelecidos em sistemas de posição-prática) estão implicadas nos momentos de interação dos agentes. Dessa forma, o foco recai sobre o entendimento das expressões de consciência prática e discursiva e de sistemas de significado.

Como a interação é o momento elementar de reprodução de sistemas, atém-se na integração social como limite da análise da conduta, o que não significa que a identificação de estruturas para entender o processo de institucionalização é descartada. Por isso, normalmente são mais utilizadas metodologias de análise em que a ênfase é direcionada para elementos de qualificação do objeto. Entre as possíveis metodologias empregadas nesse nível, existe a análise de discurso, em que a relação entre discurso e estrutura é detalhada de forma bem sofisticada por Heracleous e Hendry (2000), que demonstram como o discurso dos agentes é socialmente construído. Creswell (1998) também elenca algumas metodologias qualitativas que podem ser empregadas: biografia, fenomenologia, *grounded theory*, etnografia e estudo de caso. Todas elas podem ser utilizadas desde que os pressupostos que definimos anteriormente sejam levados em consideração. Para destacar um tipo de análise mais estruturada, muitas vezes compreendida como tipo metodológico quantitativo, sugere-se a possibilidade de empregar análise sociométrica para explorar os relacionamentos entre grupos e indivíduos (MORENO, 1951).

Por exemplo, a etnografia como método interessado no processo de interpretação de grupos específicos fornece procedimentos para a elucidação hermenêutica, que somente é possível por meio de grande proximidade com os investigados, por exemplo, via observação participante (vide Creswell (1998), Lynch e Peyrot (1992), Schwartzman (1993) e Tedlock (2000) para detalhes sobre o método). Destaca-se também o uso da etnometodologia, pois, para essa abordagem, o estudo da consciên-

cia prática é um campo circunscrito (GIDDENS, 1989, 2003). Garfinkel (1967) define etnometodologia como a pesquisa das razões práticas: das expressões indexadas e outras ações práticas, como a realização contingente de indivíduos nos grupos sociais e a organização de práticas da vida diária; sendo ela factível de ajuste com a perspectiva estruturacionista da teoria institucional, como também com várias outras perspectivas ontológicas e epistemológicas (MAYNARD; CLAYMAN, 1991). Para o propósito do entendimento da ação dos agentes, a *grounded theory* pode ser utilizada quando não se busca contextos específicos, mas a reprodução de práticas para indivíduos similarmente posicionados, porém em agrupamentos e em contextos diferentes.

No campo da administração e gestão, destaque deve ser dado ao estudo de caso, que é a estratégia de pesquisa mais amplamente utilizada. No entanto, o foco do estudo de caso deve ser sempre a construção teórica sob uma lógica indutiva de construção de teorias (EISENHARDT, 1989), e não simples ilustrações. Assim, o caso se torna estratégia para avaliar a reprodução de práticas, principalmente quando o recorte é longitudinal. Como um dos pressupostos desse método é a triangulação de evidências, vários métodos adicionais podem ser empregados, nos quais a análise documental é um recurso complementar comumente usado para a investigação da reprodução de elementos institucionais, como pode ser visto, por exemplo, em Seifert e Machado-da Silva (2007) e Cochia e Machado-da-Silva (2004).

No segundo nível que expomos no quadro está a definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais, que concerne a especificação das condições de integração social e de sistema por meio da identificação dos componentes institucionais imbricados nos sistemas sociais, ou seja, a análise da dualidade da estrutura e de ordens institucionais. Nesse tipo de análise, categorias mais abstratas ganham mais atenção, e o foco deixa de ser somente os contextos de interação. Há um afastamento analítico, objetivando capturar os limites da agência. Com essa estratégia, é possível capturar como diferentes sistemas podem circundar diferentes formas de significado e, por conseguinte, delimitar sistemas peculiares de referência. Assim, regras, recursos e posicionamento dos atores ganham atenção fundamental.

Sendo a integração sistêmica um interesse dessa análise, além de como estruturas são reproduzidas em limites no tempo e no espaço, tradicionalmente as chamadas metodologias quantitativas são utilizadas. Por exemplo, Bourdieu utilizava extensivamente a análise de correspondência múltipla para objetivar as relações entre gostos e papéis sociais (DE NOOY, 2003). Recentemente, alguns pesquisadores vêm utilizando e defendendo a utilização da análise de redes sociais como uma metodologia para o mapeamento e estudo de campos organizacionais (que pode ser objeto de uma análise de integração de sistemas), principalmente em sua vertente longitudinal (DE NOOY, 2002, 2003; POWELL et al., 2005; WHITE et al., 2004). Powell e outros (2005) argumentam que a topologia de redes e as regras de afiliação entre seus constituintes representam um guia de escolha de parceiros, formando a trajetória de um campo. White et al. (2004) também afirmam que a ação social situada em um campo é simultaneamente composta por laços interpessoais e relações entre organizações, sendo ambas caracterizadas como redes sociais. Portanto, observar a estrutura de relações pode prover um caminho para uma identificação de campos e organizações (WHITE et al., 2004).

White et al. (2004) ilustram como a dinâmica de rede, a estrutura de campos e o comportamento de atores influenciam uns aos outros: (1) entende-se a estrutura de campo como um maior (macro) ambiente organizacional, e ator como um (micro) agente comportamental; (2) foca-se a dinâmica de rede como a chave para a coevolução desses, e (3) desenvolve-se ideias de pesquisas *a priori*, relativas às propriedades de coesão da rede. Segundo os autores, esta aproximação permite moldar algumas das interações por qual a coevolução dos níveis micro e macro procedem.

O uso de pesquisas na modalidade *survey* pode ser extremamente útil também para esse tipo de investigação, principalmente quando usadas em conjunto com a análise de redes, pois tanto questões ligadas à consciência discursiva dos agentes, quanto limites cognoscitivos podem ser avaliados, identificando como diferentes elementos em diferentes contextos condicionam a interpretação e a reprodução social.

Por fim, acreditamos que os estudos estruturacionistas podem ser produtivamente desenvolvidos, utilizando com base a estratégia de pesquisa histórica, principalmente quando se considera o alinhamento dessa abordagem à noção de *longue durée* que Giddens (1989, 2003) empresta do historiador Fernand Braudel. Uma vez que o foco principal envolve a análise da dualidade da estrutura e de ordens institucionais, ele demanda a compreensão dos mecanismos responsáveis pela permanência e transformação de práticas sociais com o passar do tempo, cujos percursos e vestígios podem ser resgatados historicamente (BERG, 2001; TUCHMAN, 1998).

Observações Adicionais para a Pesquisa em Organizações

As considerações anteriores foram elaboradas tomando-se como base a teoria da estruturação em seus mais diversos aspectos, explorando alguns pontos e elementos-chave necessários para o desenvolvimento de pesquisas empíricas calcadas nesse quadro teórico. No entanto, há de lembrar-se que a proposta giddensiana constitui teoria social de amplo alcance que só tangencialmente aborda questões de implicação direta para os estudos organizacionais. Em função da abrangência das questões envolvidas na teoria e da necessidade de coerência na aplicação dos conceitos por ela apresentados, acredita-se para o adequado emprego dos princípios estruturacionistas para o estudo das organizações se faça necessário considerar as especificidades do fenômeno que se pretende analisar.

Podemos visualizar três possíveis estratégias para se desenvolver esse empreendimento. A primeira seria a formulação de nova teoria para o estudo das organizações, o que demandaria análise acurada da obra giddensiana e formulação de proposta teórica inovadora a partir das esparsas referências que ela contém sobre o fenômeno organizacional. A segunda envolveria adesão aos potenciais ontológicos definidos na abordagem, o que poderia ser feito por meio da incorporação dos pressupostos da estruturação à determinada teoria organizacional existente e o alinhamento da abordagem para o estudo das organizações às análises estruturacionistas. Por fim, uma terceira possibilidade seria a subsunção de certos componentes teóricos estruturacionistas à abordagem organizacional preexistente, o que poderia ser efetuado por meio de processos de “tradução” de alguns dos conceitos e componentes do quadro teórico giddensiano, de maneira a torná-los adequados para incorporação em outra perspectiva.

Qualquer que seja a estratégia adotada para orientar a utilização da teoria da estruturação na análise organizacional faz-se necessário reconhecer que o conceito de organização possui dois significados distintos na obra de Giddens (1989, 2003), ambos de grande interesse para os Estudos Organizacionais. A primeira acepção do conceito empregada pelo autor faz referência à organização enquanto uma prática com amplo distanciamento espaciotemporal, ou mais especificamente, como instituição característica das sociedades divididas em classes. A segunda definição não se opõe à primeira, mas a complementa na medida em que concebe a organização enquanto conjunto de relações integradas sistemicamente que apresentam limites mais ou menos bem definidos, que perpassam e são perpassados por outros conjuntos de relações. Ao passo que a visão da organização como instituição faz referência à sua maleável fixidez e elemento de estruturação social, a compreensão da sistemicidade organizacional possibilita sua análise a partir dos mecanismos responsáveis por sua (re)produção, tanto quanto da medida em que decorrem da realização competente de atores sociais.

Considerações Finais

Atendendo ao objetivo exposto no presente artigo, buscamos discutir as implicações metodológicas que decorrem da aceitação dos pressupostos estruturacionistas para a análise organizacional. Assim, rejeitamos tanto noções deterministas, quanto

voluntaristas para o entendimento do comportamento social, ao mesmo tempo que rejeitamos a objetividade, mas também não caindo em uma posição inversa, o subjetivismo. Escolhemos então uma perspectiva intersubjetiva de análise.

Coerente com a perspectiva que adotamos, os aspectos de adequação normativa dos métodos em relação ao protocolo de estudo são vistos com ressalvas, já que se aceita o trabalho de pesquisa também como forma de construção social. Além disso, definimos pressupostos ontológicos e epistemológicos em que se admite que a relação entre agência e estrutura seja sempre recursiva. Para analisar tal relação, se aceita o uso tanto de métodos qualitativos, quanto quantitativos, bem como se admite a convergência entre métodos estruturalistas com métodos ligados ao individualismo metodológico. Diante desses pressupostos, definimos dois níveis de investigação para a perspectiva estruturacionista da teoria institucional, em que a elucidação hermenêutica de significados e de formas de consciência prática e a definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais são expostas analiticamente. Assim, desdobramos alguns elementos chave e alguns caminhos metodológicos.

Acreditamos que os elementos expostos nesse ensaio tenham implicações nas formas de investigação sob uma perspectiva estruturacionista, na qual se espera que novas formas de interpretação dos resultados da pesquisa por parte do pesquisador sejam elucidadas. Entre tais interpretações da pesquisa, está a não aceitação do determinismo social e da rejeição do subjetivismo sem vinculação com qualquer tipo de propriedade estrutural. Assim, elucidando o papel da dupla hermenêutica, ou seja, da interpretação por parte do pesquisador, do significado dado por atores sociais leigos busca-se rever as formas de construção de inferências sobre a realidade social. Mudando-se os pressupostos, alteram-se as formas do pesquisador ver a realidade e, ao mesmo tempo, altera-se o conteúdo lido em um segundo momento por autores leigos.

Por fim, vale ressaltar que dificilmente um único problema de pesquisa consegue captar todas as nuances da lógica da estruturação, como já ressaltado por Giddens (1989, 2003) na definição de formas de pesquisa para a teoria da estruturação. Assim, qualquer definição de objetivos para uma investigação e seus subsequentes tratamentos metodológicos sempre serão limitados. Já que programas de investigação como teses, dissertações e artigos necessitam de objetivos específicos para sua operacionalização, faz parte do trabalho do pesquisador lidar com essas limitações. Isso não significa que o processo de estruturação deva ser abandonado, mas que haja necessidade de criação de longos projetos de pesquisa que envolvam diferentes fases de análise, pontuando os dois níveis expostos no quadro 1, o que leva à necessidade corrente de triangulação de métodos e evidências. Também devem convergir achados da investigação de questões ligadas ao nível da interação como o nível de integração de sistema, pois um complementa o outro. Aceita-se, portanto, tanto o uso de estratégias de natureza hipotético-dedutivas, quanto indutivas, desde que sejam extensivamente reproduzidas com o objetivo de garantir alguma transferibilidade de conhecimento.

Referências

ALEXANDER, J. C. Social-structural analysis: some notes on its history and prospects. *The Sociological Quarterly*, v. 25, p. 5-26, 1984.

ARCHER, M. S. Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action. *The British Journal of Sociology*, v. 33, n. 4, p. 455-483, 1982.

ARCHER, M. S. Realism and morphogenesis. In: ARCHER, M. S. et al. *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.

AUSTIN, J. L. *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. S. Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

- BERG, B. L. *Qualitative research methods for the social sciences*. 4. ed. Needham Heights: Pearson, 2001. p. 210-224.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BHASKAR, R. *A realist theory of science*. 2. ed. Brighton, UK: Harvester, 1978.
- BOURDIEU, P. Social space and symbolic power. *Sociological Theory*, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Convite à sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- BRYANT, C. Sociology without philosophy? The case of Giddens's structuration theory. *Sociological Theory*, v. 10, n. 2, p. 137-149, 1992.
- BUCHANAN, D. A.; BRYMAN, A. Contextualizing methods choice in organizational research. *Organizational Research Methods*, v. 10, n. 3, p. 483-501, July 2007.
- CALAS, M. B.; SMIRCISH, L. Past postmodernism? Reflection and tentative directions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.
- CILLIERS, P. Why we cannot know complex things completely. *Emergence*, v. 4, n. 1-2, p. 77-24, 2002.
- COCHIA, C. B. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Ambiente, interpretação e estratégia em organizações paranaenses dos setores de vestuário e alimentos. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 8, Edição Especial, p. 11-35, 2004.
- COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. (Ed.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 393-446.
- COONEY, K. Fields, organizations, and agency. *Administration & Society*, v. 39, n. 6, p. 687-718, 2007.
- CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks: Sage, 1998.
- CRUBELLATE, J. M. Three neofunctionalist conceptual contributions to the institutional theory in organizations. *BAR – Brazilian Administration Review*, v. 4, n. 4, p. 66-81, Jan./Abril 2007.
- DE NOOY, W. The dynamics of artistic prestige. *Poetics*, v. 30, p. 147-167, 2002.
- DE NOOY, W. Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory. *Poetics*, v. 31, p. 305-327, 2003.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-60, April 1983.
- DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional project: US Art Museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul J. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. London: University of Chicago Press, 1991.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, May 1994.

- FLIGSTEIN, N. Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.
- FUCHS, S. Beyond agency. *Sociological Theory*. v. 19, n. 1, p. 24-40, 2001.
- GADAMER, H-G. Verdade e método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- GRIX, J. Introducing Students to the generic terminology of social research. *Politics*, v. 22, n. 3, p. 175-186, 2002.
- GUMMESSON, E. All research is interpretive! *Journal of Business & Industrial Marketing*, v. 18, n. 6/7, p. 482-492, 2003.
- JONES, M. R.; KARSTEN, H. Giddens's structuration theory and information systems research. *MIS Quarterly*, v. 32, n. 1, p. 127-157, 2008.
- HERACLEOUS, L.; HENDRY, J. Discourse and the study of organization: Toward a structurational perspective. *Human Relations*, v. 53, n. 10, p. 1252-1286, 2000.
- HININGS, C. R.; GREENWOOD, R. *The dynamics of strategic change*. New York: Basil Blackwell, 1988.
- KOGUT, B.; WALKER, G. The small world of Germany and the durability of national networks. *American Sociological Review*, v. 66, p. 317-335, June 2001.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LANGLEY, A. Strategies for Theorizing from process data. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 691-710, 1999.
- LYNCH, M.; PEYROT, M. Introduction: a reader's guide to ethnomethodology. *Qualitative Sociology*, v. 15, p. 113-122, 1992.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. Estruturação da estrutura organizacional: o caso de uma empresa familiar. *Organizações & Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 42-71, 1993.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, 1. Edição Especial, p. 9-39, 2005.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva da estruturação. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 10, Edição Especial, p. 159-196, 2006.
- MARSH, D.; FURLONG, P. A Skin, not a sweater: ontology and epistemology in political science. In: MARSH, D.; STOKER, G. *Theory and Methods in Political Science*. New York: Pallgrave MacMillan, 2002.
- MAYNARD, D. W.; CLAYMAN, S. E. The diversity of ethnomethodology. *Annual Review of Sociology*, v. 17, p. 385-418, 1991.

- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MINGERS, J. Can social systems be autopoietic? Bhaskar's and Giddens' social theories. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 34, n. 4, p. 403-427, 2004.
- MOHR, J. W. Measuring meaning structures. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 345-370, 1998.
- MOODY, J.; WHITE, D. R. Structural Cohesion and Embeddedness: A Hierarchical Concept of Social Groups. *American Sociological Review*, v. 68, p. 103-127, February, 2003.
- MORENO, J. L. *Sociometry, experimental method and the science of society*. An approach to a new political orientation. New York: Beacon, 1951.
- OLIVER, C. Strategic responses to institutional process. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 1, p.145-179, Jan 1991.
- OLSEN, W; MORGAN, J. A critical epistemology of analytical statistics: addressing the sceptical realist. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 35, n. 3, p. 255-284, 2005.
- PENTLAND, B. T. Building process theory with narrative: from description to explanation. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 711-724, 1999.
- PHIPPS, A. G. Empirical applications of structuration theory. *Geografiska Annaler*, v. 83 B, n. 4, p. 189-204, 2001.
- POWELL, W. W. et al. Network dynamics and field evolution: the growth of interorganizational collaboration in the life sciences. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 4, p. 1132-1205, Jan 2005.
- POZZEBON, M. The influence of a structurationist view on strategic management research. *Journal of Management Studies*, v. 41, n. 2, p. 247-272, March 2004.
- POZZEBON, M.; PINSONNEAULT, A. Challenges in conducting empirical work using structuration theory: Learning from IT. *Organization Studies*, v. 26, n. 9, p. 1353-1376, 2005.
- RANSON, S. HININGS, B. GRENEWOOD, R. The structuring of organizational, structures. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, n. 1, p. 1-17, 1980.
- REED, M. Reflections on the 'Realist Turn' in Organization and Management Studies. *Journal of Management Studies*, v. 42, n. 8, p. 1621-1644, December 2005.
- REED, M. I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 21-42, 1997.
- SARASON, Y. A Model of organizational transformation: the incorporation of organizational identity into a structuration theory framework. *Academy of Management Journal*, Best Papers, p. 47-51, 1995.
- SAYER, A. *Realism and social science*. London: Sage, 2000.
- SCHEIBERG, M.; CLEMENS, E. S. The typical tools for the job: research strategies in institutional analysis, *Sociological Theory*, v. 24, n. 3, p. 195-227, September 2006.
- SCOTT, W. R. Conceptualizing organizational fields: linking organizations and societal systems. In: DERLIEN, H., GERHARDT, U.; SCHARPF, F. W. *Systems rationality and partial interests*. Baden: Nomos, 1994.
- SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.
- SCOTT, W. R. Institutional theory: contributing to a theoretical research program. In: SMITH, K. G.; HITT, M. A. *Great minds in Management: the process of theory development*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- SEIFERT, R. E.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Environment, resources and interpretation: influences in the internationalization strategies of the food industry in Brazil. *BAR- Brazilian Administration Review*, v. 4, n. 2, p. 40-63, May/August 2007.
- SEWELL, W. H. A Theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 1, p. 1-29, July 1992.
- SIL, R. The foundations of eclecticism. *Journal of Theoretical Politics*, v. 12, n. 3, p. 353-387, 2000.
- STABER, U.; SYDOW, J. Organizational adaptative capacity: a structuration perspective, *Journal of Management Inquiry*, v. 11, n. 4, Dec 2002.
- STRANG, D.; SOULE, S. A. Diffusion in organizations and social movements: from hybrid corn to poison pills. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 265-290, 1998.
- SCHWARTZMAN, H. *Ethnography in organizations*. Newbury Park: Sage, 1993.
- SYDOW, J. Network development by means of network evaluation? explorative insights from a case in the financial services industry. *Human Relations*, v. 57, n. 2, p. 201-220, 2004.
- SYDOW, J.; STABER, U. The institutional embeddedness of project networks: the case of content production in German television. *Regional Studies*, v. 36, n. 3, p. 215-227, 2002.
- SYDOW, J.; WINDELER, A. Organizing and evaluating interfirm networks: a structurationist perspective on network processes and effectiveness. *Organization Science*, v. 9, n. 3, p. 265-284, May/Jun, 1998.
- SZTOMPKA, P. Evolving Focus on Human Agency in Contemporary social Theory. In: SZTOMPKA, P. *Agency and structure: reorienting social theory*. Yverton, Switzerland: Gordon and Breach, 1994.
- TEDLOCK, B. Ethnography and ethnographic representation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. *The handbook of qualitative research*. 2 ed. Beverly Hills, CA: Sage Publications Inc., 2000.
- TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. The conduct of strategic research. In: PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WHITTINGTON, R. *Handbook of strategy and management*. London: Sage Publications, 2002.
- TUCHMAN, G. Historical social science: methodologies, methods, and meanings. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Strategies of qualitative inquiry*. Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 225-260.
- TUCKER, K. H. *Anthony Giddens and modern social theory*. London: Sage, 1998.
- UZZI, B.; SPIRO, J. Collaboration and creativity: the small world problem. *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 2, p. 447-504, September 2005.
- WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of "small-world" networks. *Nature*, v. 393, p. 440-442, June 1998.
- WEAVER, G. R.; GIOIA, D. A. Paradigms lost: incommensurability vs structurationist inquiry, *Organization Studies*, v. 15, n. 4, p. 565-589, 1994.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 2v.
- WEICK, K. E. Enacted sensemaking in crisis situations. *Journal of Management Studies*, v. 24, n. 4, p. 305-317, 1988.

WHITE, D. R. et al. Networks, fields and organizations: micro-dynamics, scale and cohesive embeddings. *Computational & Mathematical Organization Theory*, v. 10, p. 95-117, 2004.

WHITE, H. C. *Identity and Control*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

WHITTINGTON, R. Putting giddens into action: social systems and managerial agency. *Journal of Management Studies*, v. 29, n. 6, p. 693-712, November 1992.

WINDELER, A.; SYDOW, J. Project networks and changing industry practices – collaborative content production in the german television industry. *Organization Studies*, v. 22, n. 6, p. 1035-1060, 2001.

ZUCKER, L. G. Institutional theories of organization. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 443-464, 1987.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, v. 42, p. 726-743, 1977.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL, W. W; DIMAGGIO, P. J. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. London: University of Chicago Press, 1991.

Submissão: 27/12/2011

Aprovação: 28/09/2012